

A emigração portuguesa e o sistema migratório lusófono. Complexidade e dinâmicas de um país de migrações.

INFORME



MARZO 2016

Pedro Gois
Universidad de Coimbra. Centro de Estudios Sociales. (CES).
Portugal

José Carlos Marques
Instituto Politécnico de Leiria. CICS.NOVA. IPLeiria.
Portugal

INFORME OBIMID

A emigração portuguesa e o sistema migratório lusófono. Complexidade e dinâmicas de um país de migrações.

RELATÓRIO



Pedro Gois

**Universidad de Coimbra.
Centro de Estudios Sociales. (CES). Portugal**

**José Carlos Marques
Instituto Politécnico de Leiria
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais , polo
Leiria(CICS.NOVA.IPLeia)**

MARÇO 2016

Sobre los autores

Pedro Gois es Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
Pedro.gois@uc.pt

José Carlos Marques es Professor Adjunto com agregação do Instituto Politécnico de Leiria (Escola Superior de Educação e Ciências Sociais) e investigador do CICS.NOVA.IPLeia. jose.marques@ipleiria.pt

© OBIMID 2016 Observatorio Iberoamericano sobre Movilidad Humana, Migraciones y Desarrollo.

Edición y portada: Noemí García, Cecilia Estrada, OBIMID

Todos los derechos reservados. Cualquier reproducción hecha sin consentimiento del editor se considerará ilícita. El infractor se hará acreedor a las sanciones establecidas en las leyes en la materia. El texto completo del presente documento está disponible y puede descargarlo en:

<http://www.comillas.edu/es/obimid>

Si requiere información precisa o ampliar la documentación puede ponerse en contacto con Obimid@comillas.edu
Instituto Universitario sobre Movilidad Humana,
Migraciones y Desarrollo OBIMID.
Instituto Universitario sobre Migraciones.
Universidad Pontificia Comillas.
Alberto Aguilera 23. 28015. Madrid, España.

Conteúdo

Abstract

Introdução.....	5
As estruturas do fluxo emigratório português.....	6
A migração intraeuropeia e a suspensão da migração para Sul	9
Angolanos em Portugal e Portugueses em Angola.....	12
Um passado presente: a emigração recente de portugueses para o Brasil.....	14
Conclusão.....	15
Bibliografia.....	18

Resumo:

Qual o papel de Portugal no sistema migratório global? A partir de uma análise da emigração portuguesa do século XX e XXI e do papel da imigração para Portugal nos últimos 50 anos descreve-se a interseção entre sistemas migratórios de geometria variável. Procura demonstrar-se que Portugal é um exemplo de interseção entre sistemas migratórios: sistema migratório europeu; sistema migratório do atlântico central; sistema migratório América do Sul–Europa; sistema migratório Europa – América do Norte; sistema migratório da Europa de Leste; sistema migratório do oriente médio; sistema migratório Europa-China, etc.. Afirma-se que a pertença a estes sistemas gera pontos de intersecção de importância elevada e que estes pontos de intersecção são influentes na expansão de sistemas migratórios e impactuam diretamente nas mudanças de políticas migratórias globais e nas dinâmicas migratória ao nível global. A análise macro proposta permite visualizar o papel de Portugal no sistema migratório global como um país estruturalmente semiperiférico mas desempenhando simultaneamente funções de centro no sistema migratório lusófono. O papel das semiperiferias no sistema migratório global é indispensável para estabilizar o sistema uma vez que facilita a interação e gera ligações entre os diferentes sistemas migratórios que, de outra forma, se manteriam independentes.

Abstract:

What is the role of Portugal in global migration system? This analysis departs from Portuguese emigration of the twentieth and twenty-first century and the role of immigration in Portugal for the last 50 years and describes the intersection between migration systems of variable geometry. We show that Portugal is an example of the intersection between migration systems: European migration system; migration system of the central Atlantic; migratory system of South America-Europe; migration system Europe - North America; Eastern Europe migration system; Middle East migration system; Europe-China, etc.. It's claimed that membership in these systems generates intersection points of high significance and that these intersection points are influential in the expansion of migration systems and impact directly on changes in global migration policies and the dynamics migration at the global level. The macro analysis proposed shows the role of Portugal in global migration system as a structurally semi-peripheral country. The article examines the concept of semi periphery and its dynamic role in the world-system. It reveals how the countries like Portugal facilitates' the interaction and provides a connection between different migration systems and how is indispensable to stabilize the world migration system.

Introdução

Nas últimas três décadas a realidade migratória portuguesa apresenta uma dinâmica assinalável que a torna um interessante laboratório de análise social. Esta realidade tem vindo a ser marcada por profundas e contínuas alterações que têm conduzido à complexificação e pluralização dos movimentos migratórios nos quais o país se encontra envolvido. De histórico e estrutural país de emigração, Portugal passou, durante a década de 90, a ser reconhecido e proclamado (científica e, sobretudo, politicamente) como país de imigração, para, recentemente, se redescobrir novamente como país de emigração. Esta reversão de uma suposta evolução é a base para o presente artigo.

Na verdade, estes factos não são mais do que a última confirmação de uma história já antiga, uma história que, para Joel Serrão, terá tido origem na colonização da Madeira (cerca de 1425) e que tornaria o fenómeno (e)migratório numa das constantes da História de Portugal (Serrão, 1970), perfeitamente interiorizada no modo de vida e na mentalidade dos portugueses. Na verdade, numa sociologia da emigração portuguesa, falar de um habitus migratório (no sentido de Bourdieu) poderá fazer todo o sentido. Pela experiência prática partilhada da vida social (*ethos* e *hexis*) a emigração foi internalizada pela sociedade portuguesa como opção e como raiz sendo hoje característica comum de um grupo social muito heterogéneo. A emigração portuguesa não é hoje apenas oriunda de meios rurais pouco escolarizados mas, como tantas vezes já afirmámos, um retrato de um país diverso em que a origem urbana da migração recente se junta a uma tradicional migração rural.

Por outro lado, sabemos hoje que desde, pelo menos, o final do século XVIII, as principais características que definem o fluxo (e)migratório português atual são estruturais e que, como todas as características demográficas, desenvolvem mudanças num tempo longo e quase impercetível. É neste sentido que parece necessário alguma cautela na análise das flutuações a curto prazo, quer da emigração quer da imigração sendo preferível desenvolver uma análise de estruturas em vez de uma análise de conjunturas. O momento atual, longe de provocar ruturas com a história, permite uma visualização de estruturas mais profundas das migrações portuguesas.

As estruturas do fluxo emigratório português

Nas primeiras décadas do século XX a estrutura das migrações portuguesas era ainda herdeira do século XIX e das migrações transatlânticas (Maria Ioannis Baganha, 1990). Os emigrantes portugueses tinham como destino preferencial o Brasil mas, regionalmente, outros perfis de origem-destino surgiam já como importantes (Madeira – Venezuela e/ou África do Sul; Açores – EUA ou Canada). Os sistemas migratórios de pertença da migração portuguesa eram já múltiplos e pluricontinentais com uma preponderância para fluxos transatlânticos pós-coloniais (no caso da migração transatlântica em direção ao Brasil) e uma vaga migratória permanente ou de longo prazo (para os outros destinos). Em ambos os casos a ligação de Portugal a sistemas migratórios de longa distância impunha-se como característica estrutural que se mantém até hoje.

Com a crise financeira do final da década de 20 produziram-se alterações significativas a nível dos fluxos migratórios globais. Em primeiro lugar, um fechamento do fluxo migratório transatlântico que progressivamente impossibilitou a migração para as Américas (sendo exceção a Venezuela). Em segundo lugar, desde o final dos anos 30, o governo português implementa uma política restritiva na área da emigração (que apenas viria a sofrer uma primeira tentativa de liberalização em 1965), com um intuito de impulsionar os movimentos intra-império colonial e o favorecimento de migrações para o Sul ultramarino. Devido a estas duas alterações políticas, a que acrescem os condicionalismo decorrentes do deflagrar da segunda Guerra Mundial, os sistemas migratórios alteram as suas dinâmicas, estreitando-se o sistema migratório que liga Portugal às Américas (e sobretudo ao Brasil) alargando-se o sistema migratório que liga Portugal à África Lusófona (e sobretudo a Angola com uma política mais agressiva de colonização tardia).

A partir de 1950 vários outros momentos funcionaram como marcos na participação do país na evolução e intersecção de diferentes sistemas migratórios. Destacaremos 4 momentos: 1) o final da segunda guerra mundial e a sequência de reconstrução dos países da Europa Central; 2) a guerra colonial 1962-1974 e o processo de

descolonização com a reconstrução das relações políticas com as ex-colónias; 3) a entrada de Portugal nas Comunidades Económicas Europeias (hoje UE); 4) a reedificação do mercado de trabalho global com a criação de acordos de comércio global, com a criação de cadeias de produção multinacional, o aumento das transações financeiras, a maior volatilidade do capital, a expansão dos fluxos de comércio e capital e o fim das proteções aduaneiras.

As três primeiras etapas resultam de momentos bem marcados no tempo, enquanto a quarta etapa é mais processual, difusa no tempo e com consequências muitas vezes inesperadas. Todas elas, foram, no entanto, impactantes na forma como contribuíram para uma reconfiguração das migrações portuguesas e da recomposição do papel do país no sistema migratório global. Um análise breve das formas como estas quatro etapas influenciaram as migrações portuguesas e o papel de Portugal no sistema migratório global e nos diferentes subsistemas migratórios permite desenhar os vários planos onde devemos pensar as migrações (e traçar as intersecções entre os planos). Destaca-se neste período a emergência de um sistema migratório lusófono¹ complexo e de configuração variável ao longo do período.

O sistema migratório lusófono, como reconhece Maria Baganha, constitui um sistema “bem estruturado, estável e consistente (...), que é mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais e formais de contactos, relações e acordos” (2009: 10). A estabilidade estrutural do sistema não significa que, como afirma a mesma autora, o sistema seja rígido e inflexível. Por exemplo, durante a década de 80 e os primeiros anos do séc. XXI, os fluxos migratórios foram mais intensos com outros sistemas migratórios aos quais Portugal também pertence (sobretudo, com o sistema migratório intraeuropeu) do que no interior do sistema migratório lusófono (Baganha, 2009: 12). Os autores do presente texto assinalaram uma igualmente pouco reconhecida, mas estrutural, bi-direccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono (Góis e Marques, 2009), que surge com diferentes ritmos e vagas desde há mais de um século.

¹ Os movimentos populacionais que interligam os diferentes países de língua portuguesa têm levado alguns autores a propor a existência de um sistema migratório lusófono (Malheiros 2005; Peixoto 2007; Baganha 2009; Góis & Marques 2009; Marques & Góis 2012) conceito que aqui partilhamos.

Esta bi-direccionalidade dos fluxos migratórios no seio do sistema migratório lusófono torna-se evidente na presença de comunidades dos diferentes países lusófonos (de dimensão variável) nos distintos países que fazem parte do sistema migratório. Não há, no entanto, um equilíbrio ou uma constante no posicionamento dos diferentes países (ou territórios de acolhimento) no seio do sistema migratório lusófono. Diferentes países assumem distintas posições ao longo do tempo numa assinalável dinâmica de rotação do seu papel de núcleo ou de periferia (ou de país de origem e/ou país de destino). Por outro lado, há países ou territórios que são indubitável e estruturalmente periferias consolidadas funcionando como territórios de origem de migrantes em larga escala e apenas subsidiariamente como territórios de acolhimento de migrantes em microescala (e.g. em resultado de movimentos de contracorrente migratória).

O sistema migratório lusófono assume as condições estruturais para a criação de um sistema migratório pluri continental, triangular, com vértices em Portugal, Angola e Brasil, e que possibilitaria a sustentação de significativos fluxos migratórios ao longo dos séculos XX e XXI. Historicamente este sistema migratório lusófono pode, pensamos, ser situado na primeira metade do século XX consolidando-se desde então a partir desta base estrutural. As condições para a sua afirmação são políticas (coloniais), económicas (crise financeira dos anos 30) e sociais (pobreza endémica e subdesenvolvimento em Portugal). A crise dos anos 30 constitui um marco nas alterações estruturais que despoletam a diversificação dos sistemas migratórios em que Portugal se encontra envolvido e um primeiro assumir de fluxos migratórios em direção ao Sul com múltiplos perfis, isto é, simultaneamente como fluxos coloniais (Angola ou Moçambique), pós-coloniais (Brasil) ou fluxos parte de uma migração económica (e.g. África do Sul).

Resumindo, Portugal tem participado de forma estrutural e ao longo de mais um século em diferentes sistemas migratórios (Europeu, Africano, Sul e Norte Americano), sendo, por isso, relevante contextualizar o lugar que o país ocupa nesses sistemas migratórios em diferentes momentos e procurar analisar a relevância deste posicionamento para uma compreensão das dinâmicas migratórias da contemporaneidade. No que se refere ao sistema migratório lusófono a avaliação do posicionamento de Portugal revela-se de importância crucial como ilustração deste potencial de transmutação rápida de país

central (receptor) para país periférico (emissor) em função da evolução dos ciclos económicos.

A possibilidade de haver uma alteração na posição central que Portugal vinha ocupando nas últimas décadas (devido, por exemplo, ao crescimento do fluxo migratório português para o Brasil ou para Angola e ao menor número de emigrantes destes países que se dirigem para Portugal) constitui um indicador algo inusitado que os países não se tornam centro, mas que podem ser, por vezes, centro para num momento posterior deixarem de o ser. A centralidade num sistema migratório aparenta ser uma variável dependente de outras mais estruturais, como a variável económica ou política, e ser ou não ser o centro não é um acontecimento, mas um processo não linear e multifatorial.

A migração intraeuropeia e a suspensão da migração para Sul

Após a segunda guerra mundial, conjugando-se como parte interessada na procura e oferta de mão-de-obra numa Europa em reconstrução, Portugal vai iniciar um persistente fluxo migratório intraeuropeu num alargamento do mercado de trabalho português a outros países europeus. Entrando de forma massiva mais tardiamente neste fluxo migratório do que outros países europeus (e.g. Espanha, Itália, ex-Jugoslávia ou Turquia) devido a constrangimentos políticos e de mobilidade, rapidamente os números da emigração se tornam avassaladores. De 1957 a 1974, cerca de 900 000 portugueses emigraram para França, mais de metade dos quais de forma irregular. As sucessivas campanhas de regularização de emigrantes em França permitiram testemunhar o rápido crescimento da emigração portuguesa (Volovitch-Tavarès, 2001). Em 1975, a população portuguesa em França atingia os 750 000 indivíduos, formando a primeira comunidade estrangeira naquele país (Pereira, 2014).

Desde os anos 70 um crescimento endógeno da comunidade (com segundas e terceiras gerações) e um fluxo migratório contínuo permitiu substituir de forma quase impercetível os emigrantes portugueses que iam retornando a Portugal após percursos migratórios de duração e sucesso variável. A emigração para França nunca terá cessado, mas o seu ritmo nunca mais foi o mesmo dos anos 60-70 do século passado, ainda que a manutenção de um stock de emigrantes elevado sublinhe a sua importância como destino. O travão no fluxo migratório para França conjugado com dois outros momentos

(o fim do Estado Novo e o regresso dos “retornados” das colónias) marcou uma alteração significativa no posicionamento do papel de Portugal no sistema global das migrações. De país centro para as suas colónias a país periferia da Europa foi um breve passo. Por seu turno, a retoma do seu papel tradicional de semiperiferia implicou um processo de reconfiguração de políticas e das suas estratégias diplomáticas desenvolvidos ao longo das décadas de 80 e seguintes.

Após a redução do fluxo emigratório intraeuropeu, verificada nos dez anos subsequentes à recessão económica de 1973/74, o país volta a registar um aumento significativo nas saídas após meados da década de 80. Esta retoma dos movimentos emigratórios portugueses não significa, contudo, que eles se tenham produzido num contexto institucional e com características semelhantes às que moldaram o fluxo emigratório português das décadas de 1960/70. O surgimento de novos destinos migratórios, o desenvolvimento de novas (ou aparentemente novas) modalidades migratórias e a alteração do contexto institucional e político em que ocorre o movimento de saída dos portugueses surgem como as características mais salientes dos novos fluxos emigratórios pós-descolonização.

A análise das estatísticas de entrada de portugueses em alguns países de destino mostra que, entre 1985 e 1990, Portugal assistiu à intensificação das saídas permanentes (em média saíram durante este período 33.000 indivíduos), embora a níveis bastante inferiores aos das décadas precedentes (Maria I. Baganha & Peixoto, 1997; Peixoto, 1993). À semelhança do que sucedia antes da crise de 1973/74, os portugueses continuaram a emigrar, preponderantemente, para os países do sistema migratório europeu, mas alterando os destinos principais que os atraíam. Verificou-se, deste modo, uma importante alteração na relevância dos diferentes destinos emigratórios, assumindo-se a Suíça como principal país de atração em detrimento da França (Marques, 2008). Assim, entre 1985 e 1991, a França acolheu apenas 6% dos emigrantes portugueses que se dirigiram para a Europa, enquanto a Suíça recebeu cerca de 59% desses emigrantes. Esta alteração deriva, por um lado, de questões ligadas aos respetivos mercados de trabalho e, por outro, do estabelecimento e dinâmica de distintas redes migratórias. É importante assinalar que, pese embora a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, a maioria dos emigrantes preferiu como destino um

país terceiro. Para além deste fluxo emigratório para a Europa há ainda a registar, durante a década de 80, um aumento das entradas de portugueses no Canadá e nos Estados Unidos. O fluxo para o conjunto destes dois países terá representado, em média, cerca de 30% do total das saídas portuguesas (Peixoto, 1993: 47).

Entre 1990 e a atualidade ocorre um aumento do número de destinos da emigração portuguesa com a consolidação de vários deles de que são exemplo, na Europa, Luxemburgo, Suíça, Andorra, Espanha ou Reino Unido. Nestes países a presença de portugueses passou, num período de tempo relativamente curto, de numericamente pouco expressiva a uma das comunidades nacionais mais significativas. Com exceção da Suíça todos os países faziam já parte da União Europeia (EU12) no momento da aprovação do Tratado de Maastricht o que revela o eficaz aproveitamento da liberdade de circulação por parte dos portugueses. A consolidação do país como espaço emissor (periferia) no seio do espaço da União Europeia torna-se, desde então, uma característica da emigração portuguesa.

A partir de 2005 a participação portuguesa no sistema migratório europeu intensifica a coexistência com a participação, como país emissor, no sistema migratório lusófono (M. Baganha, 2009; Góis & Marques, 2009; Peixoto, 2004b). Neste último sistema migratório, ocorre um retomar de fluxos migratórios de décadas anteriores, mas, de forma inusitada, com uma reversão dos sentidos das migrações. Dito de outro modo, ocorreu uma alteração do papel de cada país que forma o sistema: enquanto a crise económica (pós 2008) e de criação de emprego coloca em questão a centralidade de Portugal no sistema migratório lusófono, assiste-se ao desenvolvimento de outros centros no interior deste sistema (e.g. Angola ou o Brasil). A alteração do posicionamento de Portugal (de país receptor líquido para país emissor líquido de migrantes) no interior deste sistema migratório é, pensamos, sinal de uma substancial modificação da realidade migratória nacional. Na última década, tornou-se perceptível que ocorreu uma alteração do papel de Portugal no sistema migratório lusófono, passando de centro receptor a centro emissor. Um exemplo esclarecedor pode ser encontrado na relação migratória entre Portugal e Angola. Um outro exemplo pode ser encontrado na recente emigração portuguesa para o Brasil. Se o caso de Angola, na sua dupla vertente de emissor e receptor de migrantes no interior do sistema migratório,

ilustra a relevância da bi-direccionalidade dos fluxos migratórios e a emergência de um novo centro no sistema migratório lusófono, já o caso da emigração portuguesa para o Brasil constrói a hipótese de uma dependência migratória de longo prazo ou estrutural.

Angolanos em Portugal e Portugueses em Angola

Os fluxos migratórios entre Angola e Portugal têm sido historicamente muito importantes e processaram-se de forma muito distinta a partir do Séc. XVI. Apesar de alguma literatura apontar a presença de angolanos em Portugal a partir do séc. XVI, quando este país se tornou num enorme entreposto de escravos, considera-se que apenas no final dos anos 40 do séc. XX, a presença efetiva de angolanos ganhou alguma visibilidade embora, em termos formais, se tratasse de uma migração inter-regional e não de migração internacional (Maria Ioannis Baganha & Góis, 1998/1999). A já referida descolonização, tardia em relação às outras potências coloniais em África, produziu, nos anos 70 e 80 do séc. XX, o fenómeno dos «retornados», com a emigração maciça de colonos portugueses e de naturais angolanos para Portugal. Este fluxo migratório, dificilmente caracterizável estatisticamente dada a dimensão do fenómeno e as sua concentração num curto período de tempo (Pires, 1999), é essencial para a reconfiguração das políticas migratórias nacionais face às ex-colónias. É a partir do retorno dos cidadãos portugueses que se estabelecem, por exemplo, critérios para a Lei da Nacionalidade de 1975 (Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de Junho) e se cria retroativamente uma comunidade angolana em Portugal e se estabelece a existência de fluxos migratórios internacionais entre os dois países. Reciprocamente, a Lei de Nacionalidade Angolana através designadamente da Lei da Nacionalidade, de 11 de Novembro de 1975 e da Lei n.º 8/84, de 7 de Fevereiro estabelece os limites para a definição da cidadania angolana e, deste modo, cria uma comunidade portuguesa imigrante em Angola.

Segundo dados do INE, baseados na posse de autorização de residência, os angolanos constituíam em 2006, ano em que terá atingido o seu máximo volume, a terceira maior comunidade estrangeira residente em Portugal, logo a seguir à comunidade cabo-verdiana e à brasileira com um total 34.219 pessoas (que correspondiam ao *stock* acumulado dos 27.697 detentores de “autorização de residência” aos quais acresciam 3.557 com “autorização de permanência” e 2.965 beneficiários de vistos de longa duração, entre os quais 1.784 com vistos de estudo). Desde 2006 a evolução do número

de cidadãos angolanos residentes em Portugal deixou de ser positiva, tendo os números vindo a diminuir progressivamente nos últimos anos.

Ao longo da última década as relações bilaterais luso-angolanas assentaram fortemente na vertente comercial, destacando-se o peso das exportações portuguesas para Angola, as quais são já tradicionais. Angola durante vários anos foi o 10.º cliente de Portugal, passando a partir de 2000 a ser um dos principais destinos de exportações, sendo apenas superado por alguns parceiros comunitários e pelos EUA. Atualmente Angola é o 4.º maior parceiro comercial de Portugal. Portugal é para Angola um dos seus maiores fornecedores de produtos industriais e de serviços. Nos últimos dez anos, as relações entre os dois países ganharam uma nova tendência crescente, tanto para as exportações portuguesas como para a importação de mercadorias oriundas de Angola.

Em paralelo a esta evolução das relações económicas entre os dois países, a emigração de portugueses para Angola reassumiu números importantes nos últimos anos, o retorno de quadros Angolanos em Portugal ao país de origem tem vindo a consolidar-se e ocorre uma diminuição da imigração angolana em Portugal num interessante movimento de contra-fluxo de fluxos migratórios passados. Os dados da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, disponibilizados no site do Observatório da Emigração, relativos aos portugueses que se registaram num consulado português em Angola mostram uma clara aceleração do fluxo emigratório português para este país. Em 2008, encontravam-se registados 72.706 portugueses, valor que sobe para 113.194 em 2012 e para 115.595 em 2013 e 128.356 em 2014². A partir de 2014, com a crise petrolífera (ou choque negativo dos preços do petróleo) a economia angolana entrou num crescimento económico mais ligeiro e o fluxo migratório de Portugal para Angola diminuiu.

Em termos de características sociodemográficas as estatísticas disponíveis não são muito esclarecedoras. Numa análise recente de dados recolhidos através de um inquérito ao emigrantes portugueses em Angola é possível verificar que a maioria dos emigrantes

² Os dados da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas apresentam algumas limitações que importa tomar em consideração. Primeiro, o registo nos consulados de Portugal não é obrigatório, havendo uma parte de portugueses que não se chega a registar; segundo, é limitada a eliminação das bases de dados daqueles que regressam a Portugal, ou que reemigram para outro país.

é do sexo masculino, com uma idade média de 35 anos, com níveis de escolaridade elevados e ativos em profissões qualificadas (Candeias, Malheiros, Marques, & Liberato, 2016, no prelo)

Um passado presente: a emigração recente de portugueses para o Brasil

A crise económica e financeira experimentada por Portugal, sobretudo, a partir de 2005, promoveu a intensificação da emigração portuguesa quer para destinos consolidados (França, Suíça, Reino Unido, por exemplo), quer para renovados destinos. A emigração portuguesa torna-se, deste modo, territorialmente mais diversificada, complexificando a sua análise. Neste contexto, o Brasil, à semelhança do já descrito caso angolano, assumiu uma posição relevante, ilustrando de forma clara a intensificação da participação de Portugal, enquanto país emissor, no sistema migratório lusófono (M. Baganha, 2009; Góis & Marques, 2009; Peixoto, 2004a).

O caso do Brasil ilustra de forma clara a intensificação do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa. Note-se que, apesar do Brasil se assumir como um destino importante para a emigração portuguesa contemporânea, a sua dimensão é ainda modesta relativamente às saídas com destino a países da União Europeia.

A emigração contemporânea de portugueses para o Brasil pode, assim como a emigração para Angola, ser enquadrada num movimento populacional mais global que se tem dirigido dos países do Norte para o Sul. No caso dos movimentos com origem num dos países da UE (por exemplo Espanha, Itália ou Portugal) é possível registar uma intensificação das saídas com destino a países da América Latina e de África a partir do despoletar da recessão económica e financeira de 2008 (Laczko e Brian, 2013). Na maioria dos casos este movimento têm privilegiado as relações pós-coloniais, representando, segundo algumas estimativas, 3% a 6% do total das migrações mundiais (Laczko & Brian, 2013). Ainda que se possa admitir que uma parte destes emigrantes corresponda a regressos de pessoas com uma experiência migratória anterior de sentido Sul-Norte, não é de relegar que a maior parte deste movimento corresponda a um movimento migratório laboral.

Na perspetiva do sistema migratório lusófono que tem sido seguido nesta análise, a emigração portuguesa contemporânea para o Brasil permite visualizar as alterações experimentadas num dos eixos deste sistema migratório (Góis & Marques, 2009). É ilustrativa de como, após um período em que Portugal funcionou como um polo de atração de migrantes brasileiros, o sistema lusófono sofreu uma transformação do seu centro de gravidade, assumindo maior protagonismo (como países de destino) países que até ao final dos anos 90 do século XX tinham sido, sobretudo, polos emissores. Os dados dos registos consulares no Brasil são difíceis de avaliar dado que o seu volume representar um acumulado das migrações do século XX-XXI. Em 2008, o número de registos de portugueses no Brasil correspondia a 646.677 indivíduos sendo que em 2013 era de 581.869 e em 2014 de 644.903 indivíduos. Informações relativas aos vistos de trabalho solicitados por cidadãos portugueses³ mostram que a evolução positiva da emigração portuguesa para o Brasil se intensificou a partir de 2010, passando de 596 vistos, em 2010, para 2027, em 2013 (dados do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil).

Em termos de características sociodemográficas os dados apontam para uma emigração masculinizada, com idades médias em torno dos 40 anos, com elevados níveis de escolarização e inserida, maioritariamente, em profissões qualificadas (Madeira, Ferreira, Candeias, Peixoto, & Fernandes, 2016, no prelo).

Conclusão

A diversificação dos destinos migratórios portugueses constitui uma marca diferenciadora dos movimentos emigratórios atuais perceptível igualmente através do desenvolvimento e combinação de diferentes formas de mobilidade numa mesma carreira migratória individual ou em fluxos migratórios simultâneos. É hoje possível afirmar, a partir de uma análise da emigração portuguesa, que migrar não é apenas partir mas que coexistem migrantes de curta duração, migrantes temporários e/ou migrantes com projetos migratórios mais permanente. A emigração de portugueses no interior do sistema migratório lusófono, exemplificada através do caso angolano e brasileiro, ilustra

³ Que, naturalmente, não incluem os que não solicitaram visto de trabalho e que se encontram a trabalhar no Brasil de forma irregular.

a diversidade contemporânea da emigração nacional (em termos de percursos migratórios, de destinos, de perfis de emigrantes, etc.) e, ao mesmo tempo, os diferentes planos de diferenciação com movimentos migratórios anteriores.

Em termos sociodemográficos assinala-se uma modificação das características sociodemográficas dos emigrantes, em especial com uma crescente participação de mulheres (que apesar de continuarem minoritárias, participam de forma crescentemente independente no fluxo migratório e já não somente como ‘seguidoras passivas’ de uma anterior migração masculina), com um alongamento dos escalões etários dos migrantes que deixam atualmente Portugal (quase dos oito aos oitenta, quando no passado as idades adultas jovens concentravam a maioria dos que saíam do país) e com uma diversificação do seu perfil de qualificação profissional. Importa, porém, sublinhar que a emigração portuguesa não é apenas (provavelmente, nem sobretudo) de emigrantes qualificados ou altamente qualificados e que continua a persistir (e com forte significado) a emigração de cidadãos com poucas qualificações. Por outro lado, a inserção profissional dos emigrantes nos países de destino não ocorre, necessariamente, em conformidade com as qualificações académicas e profissionais de origem, registando-se, assim, um claro processo de desqualificação (*deskilling*) semelhante ao que aconteceu em fluxos migratórios para Portugal (Baganha, Marques e Góis, 2003). Não concebemos cair na ilusão de que estamos apenas a exportar jovens recursos humanos qualificados ou altamente qualificados e retomar a ilusão de que este fenómeno é temporário e conjuntural. Na verdade, a nova emigração portuguesa é muito segmentada e, se é certo que uma parte é mais qualificada que em movimentos migratórios anteriores (isto é, evoluiu tal como a sociedade portuguesa), continua a existir uma emigração pouco ou nada qualificada que tende a ser estrutural e a exaurir demograficamente o país.

Portugal é hoje um país de emigração, um país de imigração, um país de trânsito e um país de escala para muitos migrantes. Não vai deixar de ter emigrantes (é uma condição estrutural da sociedade portuguesa há vários séculos), nem vai deixar de ter imigrantes (de que a economia portuguesa necessita e necessitará e de que a sociedade portuguesa precisa para se manter criativa e coesa). Emigração e imigração são, aprendemos com a própria história das migrações portuguesas, realidades dinâmicas que mudam e se

adaptam às condições económicas, sociais e políticas do seu contexto. No atual momento, muitos jovens portugueses, sem emprego ou sem perspetivas de evolução profissional, com necessidade de novos desafios ou com salários baixos, emigraram. Uma boa parte destes jovens obteve um diploma do ensino superior e a maioria de entre eles é qualificada, embora nem sempre consigam empregos no estrangeiro ao nível da qualificação que possuem. Para além destes, muitos outros portugueses emigraram. Muitos sem possuírem outra qualificação que a grande vontade de sobreviverem nem que para isso tivessem que desempenhar profissões menos qualificadas. Os países de destino da emigração são distintos e as possibilidades e desafios oferecidos também. Uns emigraram para países como Angola, Moçambique ou Dubai com uma perspetiva de estadia de médio prazo e de maximização de rendimentos e poupança. Outros usaram as prerrogativas da livre circulação da União Europeia e instalaram-se em países como o Luxemburgo, Inglaterra, França ou a Irlanda sem planos de regresso mas igualmente sem planos de longo prazo para as suas vidas. No que concerne à imigração, Portugal deixou de atrair migrantes laborais na escala em que tal ocorrera nas últimas décadas. Temos hoje um menor número de imigrantes laborais em busca de novas oportunidades, mas continuamos a ter um reagrupamento familiar considerável (que ocorre quando as famílias de imigrantes que já se encontram no nosso país se lhes juntam) e uma dinâmica crescente de imigração de estudantes que escolhem Portugal para aqui prosseguirem os seus estudos superiores. A diversidade das origens destes estudantes é elevada mas há uma concentração em países da CPLP e nos tradicionais países fornecedores de imigrantes para Portugal é denunciadora da consolidação de sistemas migratórios tradicionais e da emergência de uma inserção em novos sistemas migratórios ou da expansão de sistemas migratórios de baixa intensidade.

Bibliografia

- Baganha, M. (2009). The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, 47(3), 5-20.
- Baganha, M. I. (1990). *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*. New York e London: Garland Publishing.

- Baganha, M. I., & Góis, P. (1998/1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280.
- Baganha, M. I., & Peixoto, J. (1997). Trends in the 90's: the portuguese migratory experience. In M. I. Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe* (pp. 15-40). Oeiras: Celta.
- Candeias, P., Malheiros, J., Marques, J. C., & Liberato, E. (2016, no prelo). A nova emigração para Angola: integração diferenciada e forte ligação a Portugal. In J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, & P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao Futuro: a nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2009). Portugal as a semiperipheral country in the global migration system. *International Migration*, 47(3), 19-50.
- Laczko, F., & Brian, T. (2013). North–South migration: A different look at the migration and development debate. *Migration Policy Practice*, III(3), 14-19.
- Madeira, P. M., Ferreira, B., Candeias, P., Peixoto, J., & Fernandes, D. (2016, no prelo). A emigração portuguesa recente para o Brasil: novos contornos de uma corrente histórica. In J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, & P. M. Madeira (Eds.), *Regresso ao Futuro: a nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Marques, J. C. (2008). *Os Portugueses na Suíça: Migrantes Europeus*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Peixoto, J. (1993). Migrações e Mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980. In M. B. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão, & M. H. Pereira (Eds.), *Emigração/Imigração em Portugal* (pp. 278-307). Algés: Fragmentos.
- Peixoto, J. (2004a). O impacto migratório do alargamento da União Europeia a Leste: A perspectiva europeia e a de Portugal. In M. P. Fontoura & N. o. Crespo (Eds.), *O Alargamento da União Europeia - Consequências para a Economia Portuguesa* (pp. 105-122). Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, J. (2004b). *País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal, Socius Working Papers*.

- Pereira, V. (2014). *A ditadura de Salazar e a emigração – o Estado português e seus emigrantes em França (1957-1974)* (M. I. B. d. Carvalho, Trans.). Lisboa: Temas e Debates.
- Pires, R. P. (1999). O Regresso das Colónias. In F. Betencourt & K. C. (orgs.) (Eds.), *História da Expansão Portuguesa* (Vol. V, pp. 182-192.). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Serrão, J. (1970). Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise Social*, 32 (8), 597-617.
- Volovitch-Tavarès, M. C. (2001). Les phases de l'immigration portugaise, des années vingt aux années soixante-dix. *Actes*, 1. Retrieved from <http://barthes.ens.fr/cliio/revues/AHI/articles/volumes/volovitch.html> website: